



Porto Alegre, 31 de agosto de 2026.

AO

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Prezados Senhores,

A CORRETORA GERAL DE VALORES E CÂMBIO LTDA., CNPJ nº 92.858.380/0001-18, em cumprimento ao artigo 4º da Circular nº 3.964/2019, encaminha em anexo, a documentação descrita a seguir, referente à data 30/06/2026:

- 1) Balanço patrimonial;
- 2) Demonstração do resultado;
- 3) Demonstração do resultado abrangente;
- 4) Demonstração dos fluxos de caixa;
- 5) Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- 6) Notas explicativas;
- 7) Relatório da auditoria independente; e
- 8) Relatório da administração.

Os documentos supracitados serão divulgados no site www.geralinvestimentos.com.br no dia 31/08/2026

Por fim, declaramos para os devidos fins, que as informações da documentação em anexo, foram registradas e auditadas por auditoria independente e expressam a veracidade e integridade dos registros de acordo com as normas legais vigentes.

Atenciosamente.

A diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores Expressos em milhares de reais)

	30.06.2026	30.06.2025		30.06.2026	30.06.2025
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	41.803	49.134	CIRCULANTE	26.436	23.765
DISPONIBILIDADES	5	6	OUTROS DEPOSITOS	7.026	6.265
APLIC. INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7.030	7.117	Recursos Disponiveis de Clientes	7.026	6.265
TVM E INSTRUM FINANC DERIVATIVOS	33.198	41.024	OBRIGAÇÕES OPER COMPROMISSADAS	2.787	-
Livres	21.140	31.298	Carteira Própria	2.787	-
Vinculado Operações Compromissadas	3.067	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.623	17.500
Vinculados à Prestação de Garantias	8.991	9.726	Sociais e Estatutárias	9.183	9.151
OUTROS CRÉDITOS	1.460	877	Fiscais e Previdenciárias	6.658	7.716
Rendas a Receber	484	131	Negociação e Intermediação Valores	133	97
Negociação e Intermediação de Valores	130	100	Diversas	649	536
Diversos	846	646			
OUTROS VALORES E BENS	110	110	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.384	25.404
Outros	110	110	Capital:		
NÃO CIRCULANTE	17	35	De Domiciliados no País	3.706	3.706
IMOBILIZADO DE USO	17	35	Reservas de Lucros	467	9.916
Imóveis de Uso	3	3	Ajuste ao Valor de Mercado -TVM	11.211	11.782
Móveis e Equipamentos	1.693	1.693			
Depreciações Acumuladas	(1.679)	(1.661)			
TOTAL DO ATIVO	41.820	49.169	TOTAL DO PASSIVO	41.820	49.169

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (JANEIRO A JUNHO 2026) (Valores Expressos em milhares de reais)		
	30.06.2026	30.06.2025
Receita Intermediação Financeira	2.913	1.577
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	2.913	1.577
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.913	1.577
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.119)	(2.495)
Receitas de Prestação de Serviços	709	910
Despesas de Pessoal	(794)	(960)
Outras Despesas Administrativas	(1.449)	(1.923)
Despesas Tributárias	(262)	(157)
Outras Receitas Operacionais	124	60
Outras Despesas Operacionais	(447)	(425)
Resultado Operacional	794	(918)
Resultado não Operacional		-
Resultado Antes da Tributação e Participações	794	(918)
Imposto de Renda	(129)	-
Contribuição Social	(85)	-
Resultado Antes da Reclassif. dos Juros s/ Capital Próprio	580	(918)
Juros s/ Capital Próprio	(113)	-
Lucro Líquido / Prejuízo	467	(918)
Lucro/Prejuízo por Cotas (33.694.532)	0,0139	(0,0272)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
(Valores expressos em milhares de reais)		
	30.06.2026	30.06.2025
Lucro Líquido do Período	467	(918)
Outros Resultados Abrangentes	1.916	4.990
(-) Ajustes Valor de Mercado	1.916	4.990
Resultado Abrangente Total	2.383	4.072

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA		
(Valores Expressos em milhares de reais)		
	30.06.2026	30.06.2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	328	(1.218)
Recebimentos de Prestação de Serviços e TVM	3.156	2.187
Pagamentos de Pessoal	(794)	(960)
Pagamentos Despesas Administrativas	(1.449)	(1.923)
Outros Ajustes Operacionais	(585)	(522)
Aumento/Diminuição em Ativos Operacionais	9.901	(7.613)
Recursos de TVM	10.085	(7.696)
Negociação e Intermediação de Valores	(131)	25
Outros Créditos	(53)	58
Outros Valores e Bens	-	-
Aumento/Diminuição em Passivos Operacionais	(12.290)	3.527
Negociação e Intermediação de Valores	(2.337)	58
Obrigações Diversas	(9.953)	3.469
Caixa Líquido Atividades Oper Antes IRPJ e CSLL	(2.061)	(5.304)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(214)	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(2.275)	(5.304)
Dividendos Recebidos/bonificações	63	78
Juros Recebidos	403	222
Depreciação do Imobilizado	9	8
Compra de Ativo Imobilizado	-	(5)
Ajuste ao valor de mercado	1.916	4.990
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	2.391	5.293
Participações no Resultado/JCP	(113)	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(113)	-
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	3	(11)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	(11)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2	17
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	5	6

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
(Valores Expressos em milhares de reais)					
Mutações	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Ajuste Vlr.de Merc-TVM Deriv	Total
1) Saldo em 30.06.2025	3.706	9.916	-	11.782	25.404
2) Mutações do Período	-	(9.916)	-	(2.486)	(12.403)
2.1) Lucro Líquido do Período	-	-	2.512	-	2.512
2.2) Ajuste Valor de Mercado	-	-	-	(2.486)	(2.486)
2.3) Reserva de Lucros	-	2.512	(2.512)	-	-
2.4) Distribuição de Lucros	-	(11.178)	-	-	(11.178)
2.5) Juros sobre Capital Próprio	-	(1.250)	-	-	(1.250)
3) Saldo em 31.12.2025	3.706	-	-	9.295	13.001
4) Mutações do Período	-	467	-	1.916	2.383
4.1) Lucro/Prejuízo Líquido do Período	-	580	-	-	580
4.2) Ajuste Valor de Mercado	-	-	-	1.916	1.916
4.3) Reserva de Lucros	-	-	-	-	-
4.4) Juros sobre Capital Próprio	-	(113)	-	-	(113)
5) Saldo em 30.06.2026	3.706	467	-	11.211	15.384



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores Expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Corretora Geral de Valores e Câmbio Ltda., instituição privada nacional, atos constitutivos de 14/03/1967, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 14/07/1967, tem por objeto social preponderante a realização de operações em Bolsas de Valores (B3), a intermediação em operações de câmbio de exportação e importação, a intermediação de operações com títulos e valores mobiliários, administração e gestão de carteiras de Fundos de Investimentos.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, em seus aspectos relevantes, são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, as quais incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nos seus aspectos materiais aplicáveis e quando aprovados e regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e BCB, sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados e para as demonstrações financeiras da Corretora (BR GAAP):

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: Estão representadas por operações compromissadas, remuneradas a taxas pré-fixadas, lastreadas em títulos públicos, classificadas na categoria custo amortizado, sendo mensuradas pelo custo amortizado e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

b) Títulos e Valores Mobiliários: Os ativos financeiros são classificados e mensurados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023 e alterações posteriores, conforme aplicável nas categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR), de acordo com o modelo de negócios da Instituição e as características dos fluxos de caixa contratuais. Os rendimentos dos ativos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado, enquanto as variações de valor justo dos ativos classificados como VJORA e VJR são reconhecidas, respectivamente, em outros resultados abrangentes e no resultado do período.

c) Imobilizado: Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear.

d) Passivo Circulante e Não Circulante: O passivo circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais auferidos.

e) Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

f) Provisões: Constitui-se uma provisão quando a Corretora possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base estimativa dos riscos envolvidos, se possível, de forma calculatória, e quando aplicável, após a oitiva de profissionais específicos alocados a cada caso.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 Mil no ano. A provisão para Contribuição Social é calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

h) Uso de Estimativas: As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

NOTA 04 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários estão classificados nas seguintes categorias de mensuração:

	CA	VJORA	30/06/2026	30/06/2025
a) Aplicações				
Interfinanceiras de Liquidez	7.030	-	7.030	7.117
<u>Títulos de Renda Fixa</u>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.030	-	7.030	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	7.117
b) Títulos e Valores Mobiliários - Livres	177	20.963	21.140	31.298
<u>Títulos de Renda Fixa</u>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.548
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	925	925	4.144
Cotas de Fundo de Investimentos	177	-	177	525
<u>Títulos de Renda Variável</u>				
Carteira de Ações	-	20.038	20.038	25.081
c) Vinculados a				
Operações Compromissadas	-	3.067	3.067	-
<u>Títulos de Renda Fixa</u>				
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	3.067	3.067	-

d) Vinculados à Prestação de Garantias	7.661	1.330	8.991	9.726
<u>Títulos de Renda Fixa</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.546	-	1.546	2.154
Cotas de Fundos de Investimento	6.115	-	6.115	7.129
<u>Títulos de Renda Variável</u>				
Carteira de Ações	-	1.330	1.330	443
Total	14.868	25.360	40.228	48.141

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA e a carteira de ações estão classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA, sendo mensurados pelo valor justo, com os respectivos ajustes reconhecidos como outros resultados abrangentes e acumulados na rubrica de Ajuste ao Valor de Mercado -TVM, no Patrimônio Líquido. Os demais ativos financeiros estão classificados na categoria custo amortizado – CA.

NOTA 5 – OUTROS CRÉDITOS

O valor demonstrado está assim constituído:

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas a Receber	484	131
Negociação e Intermediação de Valores	130	100
Adiantamento e Antecipações Salariais	29	34
Devedores por Depósitos em Garantia	447	329
Impostos e Contribuições a Compensar	332	258
Devedores Diversos	38	25
Total	1.460	877

NOTA 6 – OUTROS VALORES E BENS

O valor demonstrado está assim constituído:

	30/06/2026	30/06/2025
Ativos não financeiros	110	110
Total	110	110

NOTA 7 - IMOBILIZADO DE USO

	Taxa	30/06/2026			30/06/2025
	Depreciação %	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis de Uso	4	3	(3)	-	-
Instalações, Móveis e Equipamentos	10	479	(467)	12	17
Sistema de Comunicação	10	50	(50)	-	-
Sistema de Processamento de Dados	20	1.164	(1.159)	5	18
Total		1.696	(1.679)	17	35

NOTA 8 - PASSIVO CIRCULANTE – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor demonstrado está assim constituído:

	30/06/2026	30/06/2025
Sociais e Estatutárias	9.183	9.151
Fiscais e Previdenciárias	6.658	7.716
Negociação e Intermediação de Valores	133	97
Despesas de Pessoal	262	199
Outros Pagamentos	371	321
Credores Diversos – País	16	16
Total	16.623	17.500

NOTA 9 - CAPITAL SOCIAL

Está representado pelo montante de R\$ 3.706.398,52 (Três milhões, setecentos e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 33.694.532 (Trinta e três milhões seiscentos e noventa e quatro mil, e quinhentas e trinta e duas) quotas, no valor nominal unitário de R\$ 0,11 (onze centavos) cada.

NOTA 10 – CONTINGÊNCIAS DE PROCESSOS JUDICIAIS

A Corretora é parte em processos de natureza trabalhista, cível e tributária, a cargo de consultores jurídicos externos, os quais, em parecer específico, estimam o montante de R\$ 1.027 mil classificado como perdas "possíveis", dos quais R\$ 92 mil foram provisionados contabilmente. O montante total de R\$ 447 mil está garantido por depósito judicial.

NOTA 11 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em cumprimento à Resolução BCB nº 265/2022 e alterações posteriores, a Corretora mantém estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços e a dimensão de sua exposição a riscos.

As metodologias adotadas pela Corretora estão definidas e formalizadas em políticas e procedimentos internos, abrangendo a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos inerentes às suas atividades.

A área de Riscos, sob a responsabilidade do Diretor de Controles Internos, atua na identificação e no gerenciamento dos riscos, visando proporcionar maior segurança na execução das atividades, minimizar a probabilidade de ocorrência de eventos de risco e promover o contínuo aprimoramento dos controles internos.

NOTA 12 – OUTRAS INFORMAÇÕES

A Corretora administra Fundos e Clubes de Investimento, que somados seus respectivos patrimônios em 30 de junho de 2026, totalizaram R\$ 203.847 mil.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Sócios Quotistas da
CORRETORA GERAL DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CORRETORA GERAL DE VALORES E CÂMBIO LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CORRETORA GERAL DE VALORES E CÂMBIO LTDA. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de Agosto de 2026.

LETICIA PIERETTI
Contadora CRC/RS 60.576

CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS
CRCRS 2.209/T/SP/F/RS

Member of





Porto alegre, 31 de agosto de 2026.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas:

Em cumprimento aos preceitos legais e contratuais, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 30 de junho de 2026 e os respectivos demonstrativos pertinentes ao período.

Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas., para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem.

Atenciosamente

SANDRO LUIS
SANTOS
MONACO:521218
95000
A diretoria

Assinado de forma digital
por SANDRO LUIS SANTOS
MONACO:52121895000
Dados: 2026.08.31
10:16:36 -03'00'

GEVERSON LUIS DE BITTENCOURT
RAMIRES:40263622053

Assinado de forma digital por GEVERSON
LUIS DE BITTENCOURT
RAMIRES:40263622053
Dados: 2026.08.31 09:55:01 -03'00'